

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 1: Reflexões

Organização:

Alexandre Simões Pilati
Cynthia Bisinoto
Natalia de Souza Duarte
Silvia Cristina Yannoulas

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 1: Reflexões

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E24 Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na
 Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /
 organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :
 Editora Universidade de Brasília, 2020.
 2 v.

Formato PDF.
v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.
ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)
ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

7

**O Curso de
Aperfeiçoamento
Educação, Pobreza e
Desigualdade Social na
Universidade de Brasília –
IEPDS UnB (2017/2018)**

Alexandre Pilati

**O CURSO
EPDS NO DF:
CONQUISTAS
E DESAFIOS**

15

*Leila D'Arc Sousa
Natalia de Souza Duarte*

40

**PERFIL DOS/AS
CURSISTAS
EPDS COMPARADO:
EPDS/UFSC E EPDS/UNB**

*Adir Valdemar Garcia
Adriano Vinício da Silva do Carmo
Rafael Monteiro da Silva*



**CONDICIONALIDADES
DOS PROGRAMAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA
E COMPREENSÕES DOS
CURSISTAS EPDS NO DF**

85

Rosa Helena Stein

151 **O DIREITO HUMANO
À ALIMENTAÇÃO
ADEQUADA E A
ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR NO
DISTRITO FEDERAL**

Camila Potyara Pereira

**A LITERATURA
CIENTÍFICA SOBRE
EDUCAÇÃO, POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL –
DUAS DÉCADAS DE
PRODUÇÃO ACADÊMICA
BRASILEIRA SOBRE EPDS**

180

*Silvia Cristina Yannoulas
Gabriela Fogaça Alves Pinheiro*

232 **SOBRE OS AUTORES**





A LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL – DUAS DÉCADAS DE PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE EPDS

Silvia Cristina Yannoulas

Gabriela Fogaça Alves Pinheiro

Resumo

O Projeto de pesquisa “Pauperização na/da escola pública: A Segregação Sócio Educacional no Distrito Federal” dá continuidade a projetos de pesquisa desenvolvidos anteriormente pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis), na tentativa de construir pontes entre áreas disciplinares conexas, especialmente entre a política social, a política educacional e a sociologia da educação, pensando na relação de integralidade da política social em contraposição à fragmentação de respostas e alternativas pela via das políticas sociais setoriais. O Objetivo Geral do

projeto consiste em relacionar os conhecimentos sobre pobreza e desigualdades sociais com as políticas educacionais e outras políticas sociais voltadas para a alteração do quadro de pobreza e pobreza extrema, com a finalidade de compreender o processo de pauperização na/da escola pública e traçar um mapeamento da segregação sócio educacional no Distrito Federal (DF). A estratégia metodológica é mista e envolve a complementação de resultados derivados da aplicação de técnicas qualitativas: pesquisa bibliográfica sobre literatura científica, aplicação de questionários entre os participantes do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Pobreza e Desigualdade Social (EPDS/UnB), e técnicas quantitativas: análise estatística sobre segregação educacional no DF. Este capítulo apresenta os resultados da atualização da revisão de literatura científica sobre EPDS, com a finalidade de: 1) subsidiar as análises da problemática no DF e no Brasil, e 2) indicar as lacunas e definir prioridades para uma agenda de pesquisa, fortalecendo o estudo acadêmico da temática no Brasil. O levantamento bibliográfico *online* foi complementado entre junho e julho de 2018, considerando o período 1999-2018. Foram selecionadas, ao total, 304 produções acadêmicas: 122 artigos publicados em bases controladas (*Scientific Electronic Library Online* – Scielo e, complementarmente, Google Acadêmico), e 182 dissertações e teses publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. A produção acadêmica localizada foi publicada por 50 revistas científicas e 47 programas de pós-graduação. Foi elaborada por 368 autores/as que participam de 135 grupos de pesquisa. Comparando esses resultados com a pesquisa anterior (realizada em 2012), que registrou um total de 140 produções, afirmamos que nos últimos seis anos a produção acadêmica sobre EPDS mais do que duplicou. Percebe-se um aumento muito significativo de autores/as com relação ao registro anterior (que foi de 173 autores/as), e um pequeno aumento no número de grupos de pesquisa (que era de 107 no registro anterior), o que possivelmente sinaliza uma gradativa especialização dos grupos de pesquisa na temática. A leitura das produções permitiu observar a definição

de uma grande polêmica: a contradição entre universalidade e focalização, entre políticas educacionais e políticas de assistência social, entre assistentes sociais e educadoras. Se de um lado as produções elaboradas desde a abordagem da política social destacam os problemas decorrentes da implementação de condicionalidades dos programas de transferência de renda, as produções da área educacional reconhecem a importância das condicionalidades educacionais para impulsionar mudanças impensadas no interior do sistema educacional brasileiro, fundamentalmente em termos de alcance e cobertura.

Palavras Chave: Educação; Pobreza; Desigualdade Social; Pesquisa bibliográfica; Brasil.

Introdução

O Projeto de pesquisa “Pauperização na/da escola pública: A Segregação Sócio Educacional no Distrito Federal” dá continuidade a projetos de pesquisa desenvolvidos anteriormente pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis), na tentativa de construir pontes entre áreas disciplinares conexas, especialmente entre a política social, a política educacional e a sociologia da educação, pensando na relação de integralidade da política social em contraposição à fragmentação de respostas e alternativas pela via das políticas sociais setoriais¹. O Objetivo Geral do projeto consiste em relacionar os

¹ O projeto foi aprovado em 2017 pelo Ministério de Educação (MEC) no contexto do Convênio Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social assinado pelo MEC com a UnB, e em 2018 pelo Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (Chamada CNPq N ° 12/2017 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa, Área Serviço Social) e pelo Programa de Iniciação Científica – Proic, da Universidade de Brasília - UnB. Recupera e atualiza os projetos de pesquisa: *Construindo uma Tipologia da Relação entre a Pobreza e a Educação*

conhecimentos sobre pobreza e desigualdades sociais com as políticas educacionais e outras políticas sociais voltadas para a alteração do quadro de pobreza e pobreza extrema, com a finalidade de compreender o processo de pauperização na/da escola pública e traçar um mapeamento da segregação sócio educacional no Distrito Federal (DF).

Por que estudar a relação entre educação, pobreza e desigualdade social? Entre outros argumentos de peso, podemos apontar que:

- A educação é um direito social consagrado na Constituição Federal de 1988;
- A escola é o principal referente das famílias pobres, e em algumas localidades é o único referente do poder público;
- As crianças e jovens são maioria entre os pobres e frequentam a escola diariamente, 200 dias/ano;
- Registramos a existência de processos gradativos e paralelos de pauperização dos alunos da educação básica e das condições de trabalho/estudo nas escolas públicas;
- A relação EPDS coloca em questão a universalidade da educação básica e problematiza limites de um formato escolar homogêneo no capitalismo;
- Algumas situações são especialmente desafiadoras para atingir a universalidade da educação básica: a incorporação massiva de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)² nas redes públicas de educação;

Formal na Literatura Científica Recente (ver YANNOULAS; ASSIS; MONTEIRO, 2012) e *Política Educacional e Pobreza* (ver YANNOULAS, 2013b).

² O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda que, desde 2003, vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) nas áreas de Saúde e Educação, com a finalidade de reforçar o acesso das famílias em situação de pobreza aos direitos sociais básicos. O PBF foi criado pela Medida Provisória nº132/2003, e institucionalizado pela Lei nº10.836/2004, vindo a ser regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004. Desde 2011 o PBF faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reúne diversas iniciativas para permitir que as famílias deixem a extrema pobreza com efetivo

os aspectos educacionais da socioeducação (crianças e adolescentes abrigados, e adolescentes em situação de conflito com a lei); as crianças e adolescentes em situação de rua.

Alguns dados são importantes para contextualizar a educação básica (EB) brasileira. No Brasil, segundo o relatório do MEC, divulgado no início da IEPDS (2014), havia:

- 17,5 milhões de alunos/as beneficiários/as do PBF, o que significava 45% do total das matrículas da EB (6 a 17 anos);
- 40.000 gestores (federais, estaduais e municipais) envolvidos em atividades de acompanhamento da frequência escolar desses beneficiários;
- 80% (153.000) das escolas do país tinham alunos/as beneficiários/as do PBF no corpo discente;
- No que diz respeito ao rendimento escolar, esses estudantes obtêm maior aprovação que os demais no ensino médio (os piores resultados estão nos primeiros anos do ensino fundamental).

Assim, não estamos falando de “minorias”, nem da situação de pobreza como um problema técnico, mas como o elemento político, social e econômico que coloca em questão a universalidade da EB e as potencialidades do formato escolar no capitalismo. Também estamos falando da capacidade cumulativa do PBF para segurar os estudantes pobres no sistema educacional público, e de promover o desenvolvimento desses estudantes com qualidade.

acesso a direitos básicos e oportunidades de trabalho e geração de renda (extraído de: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>). Desde a criação do PBF em 2004 e até 2006, as condicionalidades foram monitoradas pela Caixa Econômica Federal, mas em 2007 o MEC disponibilizou um sistema para o acompanhamento da frequência escolar, denominado Sistema Presença (extraído de: <http://tutorialpresenca.mec.gov.br/saiba-mais-sobre-o-sistema-presenca-ajuda-operador-escolar.html>).

A preocupação com a relação entre pobreza, desigualdade social e educação formal não é um assunto novo, já mencionamos essa questão em outros escritos (ver YANNOULAS, 2013b; GARCIA; YANNOULAS, 2017), porém hoje em dia se apresenta com outras características e intensidade. Com o gradativo processo de universalização do acesso à EB, a parcela mais pobre da sociedade, neste século, acessou massivamente às instituições em diferentes níveis e modalidades educacionais, e novos conflitos e contradições da arena educacional surgirão ou agravarão, intensificando os motivos de desligamento dos beneficiários, aumentando os controles, entre outros aspectos possíveis da ofensiva neoconservadora.

Uma das principais conclusões dos nossos estudos aponta para as dificuldades em se compreender, de maneira aprofundada, a complexa relação entre a política educacional e a situação de pobreza, considerando essa relação multideterminada (ver YANNOULAS, 2013a). Consequentemente, o esforço de compreender as relações complexas entre desigualdades sociais, pobreza e escolarização exige o recurso a distintas técnicas de investigação. Assim, a estratégia metodológica do projeto de pesquisa é mista, e envolve a triangulação de resultados derivados da aplicação de técnicas qualitativas: pesquisa bibliográfica sobre literatura científica, aplicação de questionários entre os participantes do Curso de Aperfeiçoamento EPDS/UnB para a elaboração do perfil, e estudos sobre condicionalidades e alimentação escolar; e técnicas quantitativas: análise inferencial e de associação sobre segregação educacional no DF.

Este capítulo apresenta os resultados da atualização da revisão de literatura científica sobre EPDS, com a finalidade de: 1) subsidiar as análises da problemática no DF e no Brasil; 2) indicar as lacunas e definir prioridades para uma agenda de pesquisa, fortalecendo o estudo acadêmico da temática no Brasil. Para tanto, o capítulo está estruturado em cinco partes: metodologia do estudo realizado, a produção acadêmica sobre EPDS no Brasil nas últimas

duas décadas, a produção acadêmica vinculada à IEPDS no último quinquênio, especificidades da produção acadêmica do DF, e considerações finais.

Metodologia do Estudo

A revisão de literatura responde principalmente a duas questões: quem pesquisa sobre a problemática EPDS? E também: o que sabemos sobre a problemática EPDS? Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico *online* sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), considerando artigos publicados em bases controladas (*Scientific Electronic Library Online* – Scielo, e complementarmente, Google Acadêmico³); e também dissertações e teses publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O levantamento bibliográfico tomou como referência metodológica principal os estudos: *Construindo uma Tipologia da Relação entre a Pobreza e a Educação Formal na Literatura Científica Recente* desenvolvido entre 2009 e 2011 no contexto do Programa de Iniciação Científica – Proic da UnB (ver YANNOULAS; ASSIS; MONTEIRO, 2012); e *Política Educacional e Pobreza: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza* desenvolvido entre 2011 e 2013 no contexto do Edital N ° 038/2010 Programa Observatório da Educação, Obeduc/MEC (ver YANNOULAS, 2013a). Os resultados dessas pesquisas foram utilizados intensivamente pelo Ministério da Educação – MEC no projeto político-pedagógico da “*Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social*” – IEPDS, que desde 2014 fomenta atividades de pesquisa, extensão e formação docente. Voltaremos sobre a IEPDS.

³ As revistas científicas extraídas do Google Acadêmico como complemento aos dados provenientes da Scielo foram: *Em Aberto* (Inep), *Linhas Críticas* (UnB), e *Ser Social* (UnB). A inclusão desses periódicos se justifica por serem do DF, foco atual do projeto de pesquisa; e pela qualidade dos mesmos segundo avaliação da Capes para as respectivas áreas (Educação e Serviço Social).

Os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo TEDis sempre contaram com a ampla participação de bolsistas de iniciação científica e outros estudantes de graduação em Serviço Social e Educação, que colaboraram na pesquisa bibliográfica sobre EPDS: Samuel Gabriel Assis, Kaline Ferreira Monteiro, Edith Oliveira Schneider e Nayara Lemos Villar. A metodologia desenvolvida junto aos mencionados estudantes foi novamente utilizada, entre junho e julho de 2018, pela estudante Gabriela Fogaça Alves Pinheiro, para coletar e sistematizar preliminarmente os dados da pesquisa bibliográfica. A complementação, a sistematização final, a análise dos resultados (comparação e diferenciação) e a elaboração do capítulo foi realizada por Silvia Cristina Yannoulas, entre julho e agosto de 2018.

No decorrer da primeira pesquisa bibliográfica, concluída em 2010, sistematizamos a produção científica sobre EPDS (levantamento, comparação e diferenciação) publicada entre 1999 e 2009 no contexto das ciências sociais e humanas, considerando uma seleção de 69 produções acadêmicas (36 artigos científicos e 33 dissertações e teses), publicadas em bases abertas controladas (*Scientific Electronic Library On Line – Scielo*, e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD). À época, na tentativa de construir uma tipologia (comparação e diferenciação) sobre como os pesquisadores apresentavam e interpretavam a relação entre educação e pobreza, foram identificadas 12 maneiras recorrentes no tratamento que os/as autores/as deram à EPDS (Yannoulas, Assis, Monteiro, 2012).

Posteriormente, essas maneiras recorrentes de interpretação da relação foram reagrupadas por Schneider (2011) em quatro grandes áreas temáticas, considerando os assuntos tratados nas produções científicas: escolaridade *versus* pobreza ou as limitações e condicionantes que a pobreza impõe à escolaridade; escolaridade como estratégia das mudanças na estrutura social ou educação formal como antídoto para as desigualdades sociais; políticas sociais (Programa Bolsa Escola/Família - PBF, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI,

entre outros) e condicionalidades educacionais; pobreza e desemprego como consequências da falta de educação formal.

Na segunda etapa da pesquisa bibliográfica, concluída em 2013, complementamos a procura de dados nas bases controladas, selecionando 140 produções acadêmicas (54 artigos científicos e 86 dissertações e teses) correspondentes ao período 1999-2011 (VILLAR, 2012). Também reestruturamos o ordenamento ou classificação das abordagens considerando três grandes maneiras de analisar a EPDS:

- Compreensão da EPDS pelo prisma da situação de pobreza ou a condição de pobreza dos alunos inseridos no sistema escolar (pobreza como condição prévia à escolaridade: como chegam os alunos à escola? – os beneficiários do PBF),
- Compreensão da EPDS pelo prisma do sistema escolar ou o tratamento da situação de pobreza pelo sistema escolar (pobreza dentro do sistema escolar: como a instituição educacional trata os alunos pobres? – os fracassados), e
- Compreensão da EPDS pelo prisma do mercado de trabalho ou a situação da pobreza escolarizada no mercado de trabalho (pobreza como situação posterior à escolaridade: como trata o mercado de trabalho aos escolarizados pobres? – os desempregados do futuro) (YANNOULAS, 2013a).

Em junho de 2018, complementamos a pesquisa bibliográfica, identificando, nesta terceira etapa, um total de 304 produções acadêmicas (122 artigos publicados em periódicos científicos e 182 dissertações e teses publicadas na BDTD) que tratam da EPDS, considerando o período 1999-2018. Isto é: nos últimos seis anos, a produção sobre EPDS mais do que duplicou, comparando com as 140 produções registradas anteriormente. Aqui é necessário observar que os dados sobre o ano de 2018 incluem apenas 1 trabalho de conclusão de

curso de pós-graduação publicado até o momento de encerrar-se esta pesquisa bibliográfica, em junho de 2018.

Quanto aos procedimentos adotados, utilizando como localizadores “educação” e “pobreza”, em 2018 recuperamos e selecionamos um total de 122 artigos publicados no período 1999-2018 nas bases abertas controladas: Scientific Electronic Library On Line (SciELO) e, complementarmente, no *Google Acadêmico*. Numa primeira triagem, alguns artigos foram descartados por não se enquadrarem no escopo da pesquisa (reiteração nas bases consultadas, formato de entrevista ou resenha, entre outros aspectos considerados no descarte). Numa segunda triagem, foram descartados artigos que não contemplavam a EPDS, pois apenas citavam a palavra “pobreza” ou o termo “educação” como área de investimento, sem estabelecer uma clara relação entre o processo educacional e a situação de pobreza.

Utilizando como localizadores “educação” e “pobreza”, foi realizada em 2018 a procura complementar também na BDTD, e foram localizadas e selecionadas 182 dissertações e teses aprovadas e publicadas no período 1999-2018. Foi realizado um processo de seleção das produções acadêmicas localizadas, visando catalogar apenas aquelas produções que realmente tratavam da relação EPDS e descartando aquelas que apenas a mencionavam. Para tanto, procedemos da seguinte forma: primeiro lia-se o resumo da tese ou da dissertação e se observavam as palavras-chaves, a fim de encontrar variáveis associadas à pesquisa. Depois, lia-se o sumário com a finalidade de encontrar se a relação EPDS era realmente trabalhada nas teses ou nas dissertações. Quando se encontrava em algum enunciado um tópico relacionado ao tema da pesquisa, era realizada a leitura integral do capítulo correspondente. Por fim, se não se encontrava nenhuma variável de pesquisa com os métodos anteriormente apresentados, lia-se a conclusão para verificar se de fato a tese ou a dissertação encontrada não estabelecia alguma referência à EPDS.

O propósito dessa última etapa da pesquisa bibliográfica também foi o de mapear cartograficamente o campo: onde estão os e as pesquisadoras da EPDS?

Para tanto, em julho de 2018 foi realizada uma busca sobre os autores/as e seus grupos de pesquisa, utilizando a Plataforma Lattes e o Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – DGP/CNPq.

Foi constituído um conjunto de 368 autores/as de produções acadêmicas sobre EPDS nas últimas duas décadas. Na ocorrência de um mesmo autor para várias produções, esse autor foi contabilizado apenas uma vez. Foram localizados 307 *curricula* na Plataforma Lattes do Cnpq, portanto 61 dos 368 autores/as não estão cadastrados na Plataforma. Também foram localizados e analisados os dados sobre 135 grupos de pesquisa nos quais esses autores/as estão desenvolvendo atividades sobre EPDS. Em casos de engajamento de um mesmo autor em dois ou mais grupos de pesquisa, considerou-se aquele grupo no qual o pesquisador é líder ou, não sendo líder, considerou-se o grupo no qual se inscrevia a produção selecionada para efeitos da nossa pesquisa. Na ocorrência de mais de um autor engajado no mesmo grupo, o grupo foi contabilizado apenas uma vez. Dos 135 grupos de pesquisa mencionados pelos 307 *curricula* Lattes, localizamos apenas 114 no DGP.

Novos Contornos da Problemática EPDS no Brasil: A produção acadêmica sobre EPDS nas últimas duas décadas

Apresentamos resumidamente os resultados do terceiro levantamento bibliográfico, realizado em 2018, e, quando relevante, explicitamos a comparação com o levantamento anterior de 2012 (YANNOULAS, 2013a).

Sobre a data de publicação

A tabela 1 apresenta dados sobre quantidade de produções acadêmicas publicadas *online* sobre EPDS, por ano, no Brasil e no período 1999-2018, e permite observar comparativamente os achados da pesquisa em 2012 e em

2018. Poucas e dispersas nos primeiros anos, as produções acadêmicas sobre EPDS no período 1999-2018 apresentam um gradativo aumento e estabilidade a partir do ano de 2006 (20 produções do total de 304). A partir dessa data o total de produções anuais se mantém estável, destacando-se especialmente os anos de 2017 (30 produções acadêmicas) 2007 e 2009 (25 produções cada um desses anos). O ano de maior concentração na publicação de artigos foi 2017 (17 artigos publicados), e os anos de maior concentração de trabalhos de curso de pós-graduação foram 2009 e 2015 (também com 17 ocorrências cada um deles).

Tabela 1: Quantidade de Produções Científicas publicadas online sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social, por Ano, Brasil, 1999-2018. (continua)

| Ano | Artigos | | Dissertações e Teses | | Totais | |
|------|-----------|------|----------------------|-----------|-----------|-----------|
| | 2012 | 2018 | 2012 | 2018 | 2012 | 2018 |
| 1999 | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 4 |
| 2000 | 1 | 2 | 1 | 2 | 2 | 4 |
| 2001 | 5 | 7 | 3 | 4 | 8 | 11 |
| 2002 | 5 | 5 | 1 | 1 | 6 | 6 |
| 2003 | 4 | 4 | 3 | 3 | 7 | 7 |
| 2004 | 3 | 4 | 5 | 5 | 8 | 9 |
| 2005 | 4 | 7 | 4 | 4 | 8 | 11 |
| 2006 | 2 | 4 | 15 | 16 | 17 | 20 |
| 2007 | 12 | 12 | 13 | 13 | 25 | 25 |
| 2008 | 8 | 10 | 12 | 13 | 20 | 23 |
| 2009 | 5 | 8 | 13 | 17 | 18 | 25 |
| 2010 | 2 | 3 | 13 | 15 | 15 | 18 |
| 2011 | 2 | 5 | 1 | 12 | 3 | 17 |
| 2012 | --- | 12 | --- | 12 | --- | 24 |

Tabela 1: Quantidade de Produções Científicas publicadas online sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social, por Ano, Brasil, 1999-2018. (conclusão)

| Ano | Artigos | | Dissertações e Teses | | Totais | |
|--------------|-----------|------------|----------------------|------------|------------|------------|
| | 2012 | 2018 | 2012 | 2018 | 2012 | 2018 |
| 2013 | --- | 10 | --- | 11 | --- | 21 |
| 2014 | --- | 3 | --- | 13 | --- | 16 |
| 2015 | --- | 3 | --- | 17 | --- | 20 |
| 2016 | --- | 4 | --- | 8 | --- | 12 |
| 2017 | --- | 17 | --- | 13 | --- | 30 |
| 2018 | --- | 0 | --- | 1 | --- | 1 |
| TOTAL | 54 | 122 | 86 | 182 | 140 | 304 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados online extraídos de Scielo, Google Acadêmico e BDTD, coleta realizada em junho de 2018.

Nota: A tabela compara os resultados do levantamento realizado em 2012, por Nayara Villar, e a coleta atual realizada em junho de 2018 por Gabriela Alves.

Em escritos anteriores já apontamos que o crescimento gradativo poderia ser explicado pela expansão e consolidação dos programas de pós-graduação nas últimas décadas, pois a maioria das produções mantém algum vínculo com esses programas (YANNOULAS; ASSIS; MONTEIRO, 2013; YANNOULAS; 2013a).⁴ Entretanto, como elemento novo acrescentamos que o aumento na disponibilidade de informação sobre educação e pobreza a partir da implementação do Programa Bolsa Família (PBF) e especialmente do Sistema Presença (2007) para monitoramento das

⁴ A instituição que monitora e avalia os programas de pós-graduação e as revistas científicas é a Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. O número de cursos de mestrado e doutorado em funcionamento no Brasil mais do que dobrou nas últimas duas décadas: em 2000 havia 1439 programas disponíveis, em 2013 esse número saltou para 3337, e em 2017 para 4175. Sobre a última avaliação quadrienal dos programas, ver: <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8691-capes-divulga-resultado-final-da-avaliacao-quadrienal-2017>>. Sobre a avaliação e estratificação dos periódicos científicos, Qualis Periódicos, acessar: <<http://qualis.capes.gov.br/>>.

condicionalidades educacionais do mencionado programa, certamente teve impacto nesse aumento (241 produções das 304 selecionadas foram publicadas no período 2007-2017), pois viabilizou a realização de pesquisas e a produção acadêmica sobre EPDS. Também a IEPDS (em implementação desde 2014), parece estar influenciando na consolidação da problemática como objeto de estudo, especialmente nas universidades onde foi executada em primeira e segunda rodada (79 produções das 304 selecionadas foram publicadas no quinquênio 2014-2018). A estabilidade no número anual de produções indicaria um interesse consolidado no estudo da problemática.

Entretanto, conforme observado no Capítulo I deste livro, persiste a desconsideração das condições de pobreza e desigualdade social na organização do trabalho pedagógico das escolas do DF. Assim, podemos pensar que o tema tem ganhado gradativa relevância do ponto de vista da produção intelectual, mas isso não tem se traduzido em ações no cotidiano da educação pública que possam reverter a problemática mencionada.

Sobre as regiões e universidades

A tabela 2 apresenta dados sobre quantidade de artigos publicados em periódicos científicos *online* sobre EPDS segundo Região Administrativa, para o Brasil e considerando o período 1999-2018. Já indicamos nos estudos anteriores que a publicação de artigos sobre EPDS é, em larga medida, uma atividade da região Sudeste do Brasil. Essa afirmação se mantém para o período 1999-2018: 77 dos 122 artigos selecionados para o período foram publicados na Região Sudeste, e 32 das 50 revistas em que os publicaram também pertencem a essa região. Em 2018 região Sudeste foi seguida pela Região Centro-Oeste, com 27 artigos em 7 revistas.⁵ No outro extremo, destacamos que a Região Norte

⁵ Lembramos aqui que foi realizada uma procura complementar no Google Acadêmico, direcionada ao levantamento de produções acadêmicas do DF, o que certamente teve peso nesses resultados atingidos para a Região Centro-Oeste.

continua a não registrar ocorrências, e apenas 2 artigos em 2 periódicos foram registrados para a Região Nordeste.

Tabela 2: Quantidade de Artigos em Periódicos Científicos publicados online sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social, por Região Administrativa, Brasil, 1999-2018 (continua)

| Região | Revistas Científicas | Artigos |
|---------------------|-------------------------------------------------|--------------------|
| Norte | revistas: 0 | artigos: 0 |
| Nordeste | revistas: 2 | artigos: 2 |
| | 1. Germal: Marxismo e Educação em Debate | 1 |
| | 2. Revista Política Pública | 1 |
| Centro-Oeste | revistas: 7 | artigos: 27 |
| | 1. Linhas Críticas | 5 |
| | 2. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos | 1 |
| | 3. Revista de Economia e Sociologia Rural | 1 |
| | 4. Revista Brasileira de Educação Médica | 2 |
| | 5. Revista Em Aberto | 10 |
| | 6. Revista Psicologia Teoria e Pesquisa | 1 |
| | 7. Ser Social | 7 |
| Sul | revistas: 9 | artigos: 16 |
| | 1. Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional | 1 |
| | 2. Educar em Revista | 7 |
| | 3. Ensaio FEE | 1 |
| | 4. Práxis Educativa | 1 |
| | 5. Revista de Sociologia e Política | 1 |
| | 6. Revista Educação | 1 |
| | 7. Revista Estudos Feministas | 1 |
| | 8. Revista Katálysis | 2 |

Tabela 2: Quantidade de Artigos em Periódicos Científicos publicados online sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social, por Região Administrativa, Brasil, 1999-2018 (continua)

| Região | Revistas Científicas | Artigos |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| 9. Revista Perspectiva | | 1 |
| Sudeste | revistas: 32 | artigos: 77 |
| 1. Cadernos de Pesquisa | | 8 |
| 2. Cadernos de Saúde Pública | | 2 |
| 3. Educação e Pesquisa | | 3 |
| 4. Educação em Revista | | 1 |
| 5. Ensaio: avaliação e Política Pública em Educação | | 2 |
| 6. Estudos Econômicos | | 3 |
| 7. Paidéia | | 2 |
| 8. Perspectiva | | 1 |
| 9. Pró-Posições | | 2 |
| 10. Revista Acta Paulista de Enfermagem | | 1 |
| 11. Revista Brasileira de Ciências Sociais | | 1 |
| 12. Revista Brasileira de Economia | | 1 |
| 13. Revista Brasileira de Educação | | 13 |
| 14. Revista Ciência & Saúde Coletiva | | 4 |
| 15. Revista Crítica de Sociologia e Política | | 1 |
| 16. Revista Dados | | 2 |
| 17. Revista de Cultura e Política – Lua Nova | | 1 |
| 18. Revista de Educação PUC Campinas | | 1 |
| 19. Revista Economia Contemporânea | | 1 |
| 20. Revista de Saúde Pública | | 1 |
| 21. Revista Educação e Sociedade | | 13 |

Tabela 2: Quantidade de Artigos em Periódicos Científicos publicados online sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social, por Região Administrativa, Brasil, 1999-2018 (conclusão)

| Região | Revistas Científicas | Artigos |
|------------------|--------------------------------------|-------------------|
| | 22. Revista Educação e Pesquisa | 3 |
| | 23. Revista Estudos Avançados | 2 |
| | 24. Revista Estudos Econômicos | 3 |
| | 25. Revista Nova Economia | 2 |
| | 26. Revista Psicologia & Sociedade | 1 |
| | 27. Revista Perspectiva | 1 |
| | 28. Revista Teias | 1 |
| | 29. Revista Tempo Social | 1 |
| | 30. Serviço Social Sociedade | 1 |
| | 31. Unisantia Law and Social Science | 1 |
| TOTAL: 50 | | TOTAL: 122 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados *online* extraídos de Scielo e complementarmente Google Acadêmico, coleta realizada em junho de 2018.

O grau de dispersão quanto à revista em que foram publicados os artigos selecionados se manteve grande, registrando-se dois casos da Região Sudeste com 13 dos 122 artigos num mesmo periódico (*Revista Brasileira de Educação*, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped com sede no Rio de Janeiro; e a *Revista Educação e Sociedade*, publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes, Campinas/SP), e um caso na Região Centro-Oeste com 10 dos 122 artigos numa mesma publicação (*Revista Em Aberto*, do Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, especialmente número especial sobre EPDS de 2017). A análise indica a falta de especialização de um veículo científico específico na problemática.

A tabela 3 apresenta dados sobre quantidade de teses e dissertações sobre EPDS aprovadas no Brasil, segundo Região Administrativa e Instituição, considerando o período 1999-2018. Observando a tabela 3, podemos afirmar que também foi mantida a concentração de dissertações e teses em universidades do Sudeste (81 dissertações e teses aprovadas em 24 universidades da Região Sudeste, de um total de 182 dissertações e teses defendidas em 47 universidades). A região Sudeste é seguida pela região Sul, com 33 das dissertações/teses defendidas em 11 universidades. Nas procuras complementares que realizamos em 2018 houve registro de 2 dissertações aprovadas numa universidade federal da Região Norte, e 44 dissertações/teses aprovadas em 8 universidades do Nordeste, a diferença do quadro apontado em 2012 (nenhuma dissertação/tese na Região Norte e apenas 20 dissertações/teses para Região Nordeste).

Tabela 3: Quantidade de Teses e Dissertações sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social aprovadas, por Região Administrativa e Instituição, Brasil, 1999-2018. (continua)

| Região | Universidades | Dissertações e Teses |
|------------------------------------------------|-------------------------|---------------------------------|
| Norte | universidades: 1 | dissertações e teses: 2 |
| 1. Universidade Federal do Pará | | 2 |
| Nordeste | universidades: 8 | dissertações e teses: 44 |
| 1. Universidade Católica de Salvador | | 1 |
| 2. Universidade Federal da Bahia | | 7 |
| 3. Universidade Federal do Ceará | | 12 |
| 4. Universidade Federal do Maranhão | | 2 |
| 5. Universidade Federal da Paraíba | | 3 |
| 6. Universidade Federal de Pernambuco | | 11 |
| 7. Universidade Federal do Rio Grande do Norte | | 6 |
| 8. Universidade Federal de Sergipe | | 2 |

Tabela 3: Quantidade de Teses e Dissertações sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social aprovadas, por Região Administrativa e Instituição, Brasil, 1999-2018. (continua)

| Região | Universidades | Dissertações e Teses |
|----------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|
| Centro-Oeste | universidades: 3 | dissertações e teses: 22 |
| 1. Pontifícia Universidade Católica de Goiás | | 6 |
| 2. Universidade Católica de Brasília | | 2 |
| 3. Universidade de Brasília | | 14 |
| Sul | universidades: 11 | dissertações e teses: 33 |
| 1. Pontifícia Universidade Católica do Paraná | | 2 |
| 2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul | | 2 |
| 3. Universidade Católica de Pelotas | | 1 |
| 4. Universidade do Sul de Santa Catarina | | 1 |
| 5. Universidade do Vale do Rio dos Sinos | | 2 |
| 6. Universidade Estadual de Londrina | | 2 |
| 7. Universidade Estadual do Oeste do Paraná | | 4 |
| 8. Universidade Federal de Pelotas | | 2 |
| 9. Universidade Federal de Santa Catarina | | 4 |
| 10. Universidade Federal do Rio Grande do Sul | | 11 |
| 11. Universidade Regional de Blumenau | | 2 |
| Sudeste | universidades: 24 | dissertações e teses: 81 |
| 1. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz | | 1 |
| 2. Fundação Getúlio Vargas SP | | 2 |
| 3. Pontifícia Universidade Católica de Campinas | | 3 |
| 4. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | | 7 |

Tabela 3: Quantidade de Teses e Dissertações sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social aprovadas, por Região Administrativa e Instituição, Brasil, 1999-2018. (conclusão)

| Região | Universidades | Dissertações e Teses |
|------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| | 5. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | 1 |
| | 6. Universidade Católica de Santos | 1 |
| | 7. Universidade de São Paulo | 14 |
| | 8. Universidade de Taubaté | 1 |
| | 9. Universidade de Vila Velha | 1 |
| | 10. Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 2 |
| | 11. Universidade do Oeste Paulista Presidente Prudente | 1 |
| | 12. Universidade Estácio de Sá | 1 |
| | 13. Universidade Estadual de Campinas | 13 |
| | 14. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro | 1 |
| | 15. Universidade Estadual Paulista | 5 |
| | 16. Universidade Federal Fluminense | 3 |
| | 17. Universidade Federal de Juiz de Fora | 3 |
| | 18. Universidade Federal de Minas Gerais | 9 |
| | 19. Universidade Federal de São Carlos | 3 |
| | 20. Universidade Federal de São Paulo | 1 |
| | 21. Universidade Federal de Viçosa | 4 |
| | 22. Universidade Federal do Espírito Santo | 2 |
| | 23. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | 1 |
| | 24. Universidade Nove de Julho | 1 |
| TOTAL: 47 | | TOTAL: 182 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados extraídos de BDTD, coleta realizada em junho de 2018.

A distribuição regional desigual na produção do conhecimento sobre a temática é mais um indicativo da irregular distribuição dos incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento da pós-graduação no país. Mas também poderia refletir: 1) uma preocupação da região Sudeste, mais urbanizada e com as maiores metrópoles do país, com as experiências de exclusão/inclusão de setores populares nas instituições tipicamente urbanas como a escola; e 2) a necessidade de migrar sentida por pesquisadores de outras regiões, seja para realizar estudos de pós-graduação, seja para publicar seus achados de pesquisa, já que no Sudeste e no Sul se concentram os programas e as revistas melhor qualificadas pelo Qualis da Capes.

O grau de dispersão quanto à universidade onde foram aprovadas as teses e dissertações selecionadas também é grande, registrando-se apenas 6 das 47 universidades com número total de dissertações/teses sobre EPDS de dois dígitos: Universidade de Brasília 14, Universidade de São Paulo 14, Universidade Estadual de Campinas 13, Universidade Federal do Ceará 12, Universidade Federal de Pernambuco 11, e Universidade Federal do Rio Grande do Sul 11. Esse dado confirma a questão apontada da falta de consolidação da problemática como campo de reflexão específico de determinados programas de pós-graduação, mas também indica um relativo aumento da especialização em algumas instituições.

Sobre as áreas do conhecimento

A tabela 4 apresenta dados sobre quantidade de produções científicas publicadas *online* sobre EPDS, por Área de Conhecimento, para o Brasil e considerando o período 1999-2018, e permite observar comparativamente os achados da pesquisa em 2012 e em 2018.

Tabela 4: Quantidade de Produções Científicas publicadas online sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social, por Área de Conhecimento, Brasil, 1999-2018.

| Área conhecimento | Artigos | | Dissertações e teses | | Total produções em cada área | |
|----------------------|-----------|------------|-------------------------|------------|------------------------------------|------------|
| | 2012 | 2018 | 2012 | 2018 | 2012 | 2018 |
| Administração | 0 | 0 | 3 | 5 | 3 | 5 |
| Ciência Política | 4 | 6 | 0 | 5 | 4 | 11 |
| Direito | 0 | 0 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| Direito | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Economia | 8 | 10 | 21 | 37 | 29 | 47 |
| Educação | 21 | 64 | 49 | 103 | 70 | 167 |
| História | 0 | 0 | 2 | 3 | 2 | 3 |
| Psicologia | 3 | 3 | 2 | 6 | 5 | 9 |
| Saúde | 6 | 6 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| Serviço Social | 10 | 27 | 5 | 11 | 15 | 38 |
| Sociologia | 1 | 5 | 2 | 9 | 3 | 14 |
| TOTAL | 54 | 122 | 86 | 182 | 140 | 304 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados online extraídos de Scielo, Google Acadêmico e BDTD, coleta realizada em junho de 2018.

Nota: A tabela compara os resultados do levantamento anterior realizado em 2012, por Nayara Villar, e a coleta atual realizada em junho de 2018 por Gabriela Alves.

As 304 produções científicas selecionadas estão concentradas nas Ciências Sociais e Humanas, com ênfase especial na área educacional (167, mais da metade, com alta concentração em dissertações/teses: 103). Outras áreas disciplinares com significativa incidência foram: Economia (47, com alta concentração em dissertações/teses: 37) e Serviço Social (38, com alta concentração em artigos 27). No caso do Serviço Social registramos o crescente interesse na

política educacional, que converge com o debate em torno do projeto de lei⁶ em pauta sobre o exercício profissional nas escolas.⁷ No caso da Economia é importante apontar que a maioria das produções considera a educação uma variável dependente para abordar o estudo do mercado de trabalho, em enfoques típicos da teoria do capital humano.

Sobre o perfil dos/as autores/as

A tabela 5 apresenta dados sobre as áreas de conhecimento dos/as autores/as das produções acadêmicas sobre EPDS publicadas *online* e de seus respectivos grupos de pesquisa, para o Brasil e considerando o período 1999-2018. Essa tabela permite observar comparativamente os achados da pesquisa em 2012 e em 2018. Lembramos que apenas 307 dos 368 autores/as possuíam *Curriculum* registrado na Plataforma Lattes do Cnpq em julho de 2018 portanto não temos informação sobre 61 autores/as e seus respectivos grupos de pesquisa. Em julho de 2018 foram identificados 135 grupos de pesquisa aos quais 307 autores/as das produções acadêmicas estão associados, dos quais obtivemos informação no DGP apenas para 114. Percebe-se um aumento muito significativo de autores/as com relação ao registro anterior (que foi de 173 autores/as), e um aumento menor de número de grupos de pesquisa (que era de 107 no registro anterior), o que sinalizaria uma gradativa especialização dos grupos de pesquisa.

⁶ As assistentes sociais, em conjunto com as psicólogas, lutam pela aprovação do Projeto de Lei nº 3688/2000. O projeto visa estabelecer a obrigatoriedade da inserção de assistentes sociais e psicólogas nas redes públicas de educação básica, objetivando a constituição de equipes multiprofissionais nas escolas (ver YANNOULAS, 2017). O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) divulgou documento específico com o objetivo de contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional (ver: CFESS, 2013).

⁷ Nesse trabalho, optou-se expressamente por usar o gênero gramatical feminino para fazer referência às categorias profissionais predominantemente exercidas por mulheres, tais como: Assistente Social, Pedagoga, Professora, Psicóloga, entre outras mencionadas. Sobre a problemática da feminização das profissões e ocupações, consultar Yannoulas (2013c).

Tabela 5: Áreas de Conhecimento dos Autores das Produções Científicas Publicadas Online sobre Educação e Pobreza e de seus Grupos de Pesquisa, Brasil, 1999-2018.

| Área conhecimento | Pesquisadores autores | | Grupos de pesquisa | |
|-----------------------|-----------------------|------------|--------------------|------------|
| | 2012 | 2018 | 2012 | 2018 |
| Administração | 3 | 7 | 0 | 3 |
| Ciência política | 2 | 7 | 1 | 4 |
| Direito | 2 | 2 | 1 | 1 |
| Economia | 26 | 47 | 13 | 13 |
| Educação | 71 | 133 | 45 | 55 |
| História | 2 | 3 | 1 | 1 |
| Psicologia | 5 | 14 | 1 | 4 |
| Saúde | 24 | 27 | 20 | 20 |
| Serviço social | 35 | 53 | 24 | 24 |
| Sociologia | 3 | 14 | 1 | 10 |
| TOTAL | 173 | 307 | 107 | 135 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Plataforma Lattes e Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, consultas realizadas em julho de 2018.

Nota: Autores e grupos só foram contabilizados uma única vez; localizamos curriculum lattes de apenas 307 dos 368 autores das produções acadêmicas selecionadas, e esses autores indicaram participação em 135 grupos de pesquisa (dos quais localizamos apenas 114 no Diretório de Grupos de Pesquisa).

A maioria dos/as autores/as cujas linhas de pesquisa realmente focam a problemática EPDS tem formação e atua na própria área da Educação, e vários estão associados à IEPDS. Analisando os dados dos grupos de pesquisa e dos CV Lattes dos/as autores/as quanto às áreas disciplinares, confirma-se a tendência registrada pelas pesquisas anteriores quanto à importância da problemática EPDS entre autores/as e grupos de pesquisa da Educação (133 pesquisadores e pesquisadoras, e 55 grupos de pesquisa), do Serviço Social (53 pesquisadores e 24 grupos de pesquisa) e da Economia (47 pesquisadores e 13 grupos de pesquisa). Também se verifica a criação de grupos de pesquisa ou linhas

de pesquisa específicas dentro dos grupos, destinadas ao estudo da EPDS, que agregam pesquisadores e professores das universidades conveniadas via IEPDS (por exemplo: UFC, UFMS, UFPB, UFSC, UFT).

A tabela 6 permite observar a categoria ocupada pelos/as autores/as das produções nos seus respectivos grupos de pesquisa. Metade dos/as autores/as (153) é líder ou pesquisador de algum grupo de pesquisa, porém neste quesito é importante salientar que não constam informações no Diretório de Grupos de Pesquisa do Cnpq (DGP/CNPq) sobre um número importante dos 307 autores/as que possuem *Curriculum Lattes* (122).

Tabela 6: Autores das produções científicas publicadas online sobre educação e pobreza, por categoria no grupo de pesquisa, Brasil, 1999-2018.

| Categoria do pesquisador no grupo de pesquisa | Número de autores pesquisadores |
|------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| Líder | 68 |
| Pesquisador | 85 |
| Estudante | 32 |
| Técnico | 0 |
| Não informa | 122 |
| TOTAL | 307 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base na Plataforma Lattes e no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, consultas realizadas em julho de 2018.

Nota: Autores e grupos foram contabilizados uma única vez; localizamos curriculum lattes de apenas 307 dos 368 autores das produções acadêmicas selecionadas, e esses autores indicaram participação em 135 grupos de pesquisa (dos quais localizamos apenas 114 no Diretório de Grupos de Pesquisa; nesses casos o autor foi classificado como pesquisador).

A tabela 7 apresenta dados sobre os cargos ou funções desempenhadas pelos/as autores/as sobre EPDS, elaborada a partir de dados extraídos da Plataforma Lattes do Cnpq. A maioria dos/as autores/as da produção científica selecionada são professores e professoras no magistério superior (116), o que é

coerente com as exigências para o ingresso e a promoção na carreira de professor/a pesquisador/a no Brasil e com a eleição de revistas científicas para a publicação dos resultados de suas pesquisas. Também aqui é necessário salientar que não encontramos informação pertinente sobre 46 dos 307 autores/as analisados.

Tabela 7: Autores das produções científicas publicadas online sobre educação e pobreza, segundo cargo ou função, Brasil, 1999-2018.

| Cargo ou função do autor pesquisador | Número de autores pesquisadores |
|---------------------------------------------|----------------------------------------|
| Estudante | 21 |
| Gestor público | 34 |
| Professor | 116 |
| Não informa | 46 |
| TOTAL | 307 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Plataforma Lattes do Cnpq, consultas realizadas em julho de 2018.

Nota: Autores foram contabilizados uma única vez; localizamos curriculum lattes de apenas 307 dos 368 autores das produções acadêmicas selecionadas.

A escolha da problemática EPDS para produzir conhecimento já não poderia ser catalogada como circunstancial. Na observação dos *curricula* registrados na Plataforma Lattes pelos pesquisadores/as-autores/as, bem como a reiteração de autores/as entre as listas de artigos, de dissertações e de teses, habilitam-nos a afirmar que há indícios de constituição de trajetórias acadêmicas sobre a problemática EPDS, com uma mesma autora ou autor publicando artigo, produzindo dissertação e posteriormente tese, diferentemente do constatado nos estudos anteriores (ver YANNOULAS; ASSIS; MONTEIRO, 2012; YANNOULAS, 2013a). Portanto, há uma menor rotatividade de autores/as que a registrada nos estudos anteriores. Se é prematuro deduzir o futuro do estudo da problemática a partir da análise das produções nas últimas duas décadas, é possível pensar

na especialização dos jovens pesquisadores, visando à consolidação de linhas de pesquisa que permitam o acúmulo dos conhecimentos sobre EPDS.

Sobre os assuntos das publicações

A tabela 8 nos remete aos assuntos tratados nas produções acadêmicas, e também permite comparar os registros de 2012 e 2018. Durante a etapa de coleta de dados em 2018 reiterou-se a dificuldade anterior com a localização dos principais assuntos tratados pelas produções. Assim, constitui uma característica do material analisado a excessiva pulverização dos assuntos e dos enfoques utilizados para tratar da EPDS, registrando-se 32 assuntos diferentes. Essa seria talvez a maior dificuldade para a constituição de um campo específico de estudos da EPDS. Uma observação se faz necessária: na análise realizada em 2018, algumas poucas produções foram classificadas em até três tipos de assuntos diferentes, já que se optou por dar preferência a um olhar mais totalizador sobre a produção. Assim, os totais de ocorrências não são coincidentes com os totais de produção acadêmica registrados nas demais tabelas.

Tabela 8: Assuntos discutidos nas produções científicas publicadas online sobre educação e pobreza, Brasil, 1999-2018. (continua)

| Assunto | Produções selecionadas 2012 | Produções selecionadas 2018 |
|----------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Alfabetização | 3 | 4 |
| 2. Condição de vida | 4 | 4 |
| 3. Delinquência e abandono | 1 | 1 |
| 4. Desenvolvimento do país | 9 | 10 |
| 5. Educação infantil | 2 | 7 |
| 6. Educação superior | 3 | 4 |

Tabela 8: Assuntos discutidos nas produções científicas publicadas online sobre educação e pobreza, Brasil, 1999-2018. (continua)

| Assunto | Produções selecionadas 2012 | Produções selecionadas 2018 |
|------------------------------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| 7. Estatísticas educacionais | 3 | 5 |
| 8. Exclusão social e desigualdade social | 16 | 34 |
| 9. Formação profissional | 8 | 14 |
| 10. Fracasso escolar e evasão escolar | 9 | 19 |
| 11. Financiamento da educação | 2 | 4 |
| 12. Indigência | 1 | 1 |
| 13. Juventude | 3 | 15 |
| 14. Maternidade adolescente | 2 | 2 |
| 15. Modelo educacional | 2 | 3 |
| 16. Mortalidade infantil | 1 | 1 |
| 17. Neoliberalismo, globalização | 2 | 14 |
| 18. Política Educacional | 8 | 35 |
| 19. Política Social | 1 | 25 |
| 20. Práticas pedagógicas alternativas, Movimentos sociais e ONGs | 8 | 10 |
| 21. Programa de transferência de renda | 25 | 69 |
| 22. Promoção de saúde | 1 | 1 |
| 23. Qualidade do ensino público | 1 | 11 |
| 24. Quotas na educação | 2 | 2 |
| 25. Relação Estado-escola | 3 | 5 |
| 26. Relação família-escola | 5 | 12 |
| 27. Representações sociais | 1 | 6 |
| 28. Saúde básica | 2 | 3 |
| 29. Situação de risco | 1 | 1 |

Tabela 8: Assuntos discutidos nas produções científicas publicadas online sobre educação e pobreza, Brasil, 1999-2018. (conclusão)

| Assunto | Produções selecionadas 2012 | Produções selecionadas 2018 |
|----------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| 30. Trabalho infantil | 8 | 12 |
| 31. Violação de direitos humanos | 1 | 2 |
| 32. Violência | 2 | 3 |
| TOTAL | 140 | 339 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados online extraídos de Scielo, Google Acadêmico e BDTD, coleta realizada em junho de 2018.

Nota: No ano de 2018, uma mesma produção pode estar em até três tipos de assuntos diferentes, assim os totais não são coincidentes com as demais tabelas.

Localizamos multiplicidade de expressões e termos por vezes empregados a partir do senso comum, e que remetem a uma pluralidade de conceitos e abordagens teóricas muito distantes da unanimidade. Os assuntos mais discutidos nas produções analisadas foram as condicionalidades dos programas de transferência de renda (69), seguido da política educacional (35), e da exclusão social e desigualdade social (34 produções). Ressaltamos o aumento significativo da discussão sobre política educacional e EPDS, quando comparamos com os registros anteriores.

Em artigo anterior (YANNOULAS; ASSIS; MONTEIRO, 2012) apontamos que tal pulverização temática poderia ser entendida como sinal de falta de consenso, mas também pode ser expressão da relação multifacetada da educação com a pobreza e a desigualdade social.

Também a multiplicidade de descritores e termos utilizados pelos/as autores/as poderia ser indício de que o campo de reflexão ainda está em construção, sem que seja possível identificar ainda indicadores claros para sugerir um novo recorte no Thesaurus Brasileiro de Educação (BRASED)⁸.

⁸ *Thesaurus* é uma palavra latina que significa “tesouro” e foi empregada, a partir de 1500, para indicar um acervo ordenado de informações e conhecimentos. O *Thesaurus Brasileiro*

Sobre os tipos de relação EPDS

O fato de propor uma determinada ordem classificatória não significa que as produções incluídas numa categoria sejam idênticas ou homogêneas, apenas indica que detectamos um olhar semelhante para a EPDS (FRIGERIO, 2007).

A tabela 9, que trata das diferentes maneiras de compreender a relação EPDS demonstra que em 2018 mantiveram-se intatas as 13 maneiras de interpretar a relação EPDS, predominando as compreensões que colocam a educação formal ou escolaridade como: 1) uma possibilidade para a ruptura com o círculo da pobreza promovendo a inclusão social (59 ocorrências); 2) uma condição de mudança na situação de pobreza ou para a mobilidade social (48 ocorrências); 3) uma estratégia para a manutenção da ordem social constituída ou reprodução social (48 vezes).

Tabela 9: Produções Científicas publicadas online sobre educação e pobreza por tipo de relação estabelecida entre educação formal e pobreza, Brasil 1999-2018. (continua)

| Tipo de Relação | Nº produções selecionadas 2012 | Nº produções selecionadas 2018 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 1. Escola como espaço sociocultural, “antídoto” aos males a que estariam expostas crianças e jovens pobres (“salvação”) | 8 | 9 |
| 2. Escolaridade como estratégia para atingir o desenvolvimento (países) | 8 | 16 |

da Educação (Brased) é um vocabulário controlado que reúne termos e conceitos, extraídos de documentos analisados no Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), relacionados entre si a partir de uma estrutura conceitual da área. Estes termos, chamados descritores, são destinados à indexação e à recuperação de informações (<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/>). Nesse vocabulário controlado foram localizadas apenas 4 expressões vinculadas à situação de pobreza (todas em diferentes níveis): aumento da pobreza, erradicação da pobreza, pobreza e programa de apoio à educação inicial não formal para populações em situação de pobreza.

Tabela 9: Produções Científicas publicadas online sobre educação e pobreza por tipo de relação estabelecida entre educação formal e pobreza, Brasil 1999-2018. (conclusão)

| Tipo de Relação | Nº produções selecionadas 2012 | Nº produções selecionadas 2018 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 3. Escolaridade como condição da mudança na situação de pobreza (mobilidade social) | 20 | 59 |
| 4. Escolaridade como fator desencadeante de doenças em famílias em situação de pobreza | 2 | 25 |
| 5. Escolaridade como método/ possibilidade para romper o círculo da pobreza (inclusão social) | 20 | 48 |
| 6. Evasão escolar e fracasso escolar como problema resultante da condição de pobreza | 12 | 15 |
| 7. Falta de escolaridade como causa do desemprego e sub-emprego, e consequentemente da situação de pobreza | 7 | 9 |
| 8. Impacto das políticas sociais no sistema de ensino | 8 | 17 |
| 9. Pobreza como fator explicativo da ausência escolar, relacionada ao trabalho infantil | 5 | 10 |
| 10. Pobreza como fator explicativo do desempenho escolar (baixo) | 9 | 13 |
| 11. Lógica neoliberal no sistema educacional e desresponsabilização do Estado | 6 | 12 |
| 12. Sistema escolar como porta de entrada dos programas de transferência de renda destinados às famílias pobres | 15 | 23 |
| 13. Sistema escolar enquanto estratégia para a manutenção da ordem social constituída (reprodução) | 20 | 48 |
| TOTAL | 140 | 304 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados online extraídos de Scielo, Google Acadêmico e BDTD, coleta realizada em junho de 2018.

Para finalizar o tópico, consideraremos a tabela 10 que trata das referências às questões de classe, gênero e raça nas produções consideradas. Infelizmente, na produção acadêmica analisada constatamos o descaso no tratamento dos aspectos de gênero e raça relacionados à problemática EPDS, que continua a privilegiar o recorte de classe social.

Tabela 10: Produções Científicas publicadas online sobre educação e pobreza que fazem referência às categorias específicas da desigualdade (classe, ração, gênero), Brasil, 1999-2018.

| | 2012 | | | | 2018 | | | |
|--------------|---------------|-----------|-----------|----------------|---------------|-----------|----------|----------------|
| | Classe social | Gênero | Raça/cor | Não específica | Classe social | Gênero | Raça/cor | Não específica |
| Artigos | 29 | 20 | 12 | 17 | 27 | 1 | 0 | 0 |
| Dissertações | 38 | 39 | 29 | 3 | 56 | 7 | 2 | 3 |
| Teses | 21 | 15 | 18 | 3 | 20 | 2 | 1 | 3 |
| TOTAL | 88 | 74 | 59 | 23 | 103 | 10 | 3 | 6 |

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados *online* extraídos de Scielo, Google Acadêmico e BDTD, coleta realizada em junho de 2018

Nota: Uma mesma produção pode estar em várias colunas, assim os totais não são coincidentes com as demais tabelas.

Na observação da presença das categorias de desigualdade com base na classe, no gênero e na raça, uma mesma publicação poderia ser classificada em até 3 categorias, motivo pelo qual não há um total de ocorrências equivalentes ao total de produções. Não desenvolvem qualquer uma dessas categorias 29 das 304 produções acadêmicas consideradas. Desenvolvem questões vinculadas à categoria de classe social 191 das 304 produções acadêmicas, registrando-se um importante aumento do interesse nessa categoria quando comparado com os

dados da pesquisa original. No caso de gênero, registramos 84 produções que fazem referência, e no caso de raça apenas 62. Em ambos os casos, o interesse é decrescente com relação à pesquisa original.

A produção acadêmica da IEPDS⁹

Pelo impacto da IEPDS na nova configuração dos contornos da área, explicitaremos algumas questões sobre seu desenvolvimento e características, especialmente no que diz respeito à produção acadêmica.

IEPDS é uma iniciativa idealizada em 2013 pela Coordenação Geral de Acompanhamento de Inclusão Escolar do MEC, a partir das reflexões sobre 10 anos de condicionalidade escolar do PBF: frequência escolar mensal mínima de 85% entre os 6 e os 15 anos, e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos. O embasamento legal da IEPDS está dado pela Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da EB (Decreto nº 6.755/2009), e a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da EB Pública – Renafor (Portaria Ministerial nº 1.328/2011), em consonância com a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o último Plano Nacional de Educação (PNE).

Conforme já apontado, os principais resultados do Projeto Política Educacional e Pobreza desenvolvido pelo TEDis entre 2010 e 2013 foram utilizados para a fundamentação do projeto político-pedagógico da IEPDS (formação docente, pesquisa e extensão). E, atualmente, nossa pesquisa se insere no

⁹ Tópico originalmente elaborado por Yannoulas visando apresentação no contexto das Jornadas sobre *Políticas Sociales y Bienestar, claves metodológicas para el diseño y la evaluación de resultados de las políticas asistenciales*, organizadas pelo Programa “Ciudad y Universidad – Redes de conocimiento para la Integración Social”, que congrega pesquisadores da Universidade de Buenos Aires (UBA), Universidade Nacional de Moreno (UNM) e Universidade de Brasília (UnB), e que foram realizadas na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, em maio de 2018.

contexto da IEPDS na UnB. Nesse sentido, é importante destacar neste capítulo as produções acadêmicas especificamente decorrentes da IEPDS.

A primeira fase da IEPDS envolveu 15 universidades públicas (UFBA, UFC, UFAM, UFES, UFMA, UFMG, UFMS, UFPA, UFPE, UFPI, UFPR, UFRN, UFRR, UFSC, UFT), que assinaram um convênio com o MEC, se comprometendo a desenvolver um Curso de Especialização para professores e gestores do PBF (de 360 horas em 18 meses, no período 2015-2017). Na segunda Fase foram 11 universidades públicas conveniadas para desenvolver um Curso de Aperfeiçoamento (de 180 horas em 6 meses, no período 2017-2018: UFAC, UFAL, UFF, UFG, UFMA, UFMT, UFPB, UFRGS, UFSCAR, UFSE, UnB). Também há uma terceira fase, na qual 7 universidades públicas da primeira rodada desenvolvem Curso de Aperfeiçoamento (período 2018-2019: UFAM, UFES, UFMS, UFPE, UFRN, UFSC, UFT). E existe ainda a previsão de uma quarta etapa, com um formato totalmente diferenciado, através do Projeto Trajetórias (que iniciaria em 2019 com a participação de 29 universidades públicas).

A modalidade de todos os cursos foi à distância, com materiais de altíssima qualidade produzidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a colaboração de especialistas de diferentes regiões do Brasil, e adaptados por cada universidade. Os materiais podem ser consultados em: <http://egpbf.mec.gov.br/>

A IEPDS abordou os principais problemas apontados pelo projeto do TEDis, no sentido de:

1. Apoiar a consolidação de área específica de pesquisa sobre EPDS, com recursos específicos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa;
2. Propiciar a formação de professores e gestores públicos em número significativo (10.850 matrículas disponíveis, em 33 universidades públicas ao longo de 5 anos de cursos de especialização e aperfeiçoamento); e

3. A intervenção nas instituições educacionais, de maneira direta (através dos trabalhos parciais e finais dos cursistas), e também indireta através de potenciais alterações nas práticas e dinâmicas escolares reprodutoras da desigualdade.

A IEPDS estimulou a realização de diversidade de pesquisas, cada uma delas com uma estratégia metodológica diferenciada. Em 2015 foi constituído um Grupo de Trabalho em torno dos projetos de pesquisa das primeiras 15 universidades públicas a assinar convênio, com a participação da coordenadora do TEDis, no intuito de direcionar a pesquisa e obter comparabilidade dos dados e resultados. Entretanto, não foi possível estabelecer um único modelo ou estratégia de pesquisa privilegiada, e cada uma das 15 universidades desenvolveu sua pesquisa livremente.

Assim, o esforço por compreender a complexidade da relação entre desigualdades sociais, pobreza e escolarização foi traduzido na utilização de diferentes enfoques e técnicas de investigação, apontando riqueza de técnicas para captar os processos discriminatórios invisibilizados ou naturalizados em ambientes educacionais:

- Pesquisa Bibliográfica com utilização de diferentes bases documentais.
- Análise Documental de planos educacionais e projetos político-pedagógicos.
- Estudos Estatísticos: de equipamentos escolares, de frequência escolar dos beneficiários do PBF, entre outros destacados.
- Análise de Representações: dos cursistas, dos beneficiários do PBF, entre outras representações.
- Estudos de caso e intervenções realizadas e sistematizadas pelos cursistas.
- Diários de campo e memoriais dos cursistas.

A maioria dos achados das pesquisas IEPDS da primeira etapa com suas respectivas descrições metodológicas, pode ser consultada *online*:

INEP/MEC: Número 99 de 2017 da Revista *Em Aberto*: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3262/pdf>

UFSC: coleção de seis livros:

Volume 01 >> <http://online.fliphtml5.com/wskm/whai/>

Volume 02 >> <http://online.fliphtml5.com/wskm/gmwu/>

Volume 03 >> <http://online.fliphtml5.com/wskm/fvcv/>

Volume 04 >> <http://online.fliphtml5.com/wskm/reqc/>

Volume 05 >> <http://online.fliphtml5.com/wskm/vvxx/>

Volume 06 >> <http://online.fliphtml5.com/wskm/zorl/>

UFPR:

Periódico científico *online*: número especial 2 de 2017 da *Educar em Revista*: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/51392/33530>

Coleção de seis livros:

volume 01 <http://editoraappris.com.br/produto/e-book-educacao-pobreza-olhares-a-partir-de-resultados-de-pesquisas-volume-1>

volume 02 <http://editoraappris.com.br/produto/e-book-educacao-pobreza-olhares-a-partir-de-praticas-pedagogicas-volume-2>

UFRN: Livro *online*:

<http://www.ideiaeditora.com.br/loja/e-books/pobreza-desigualdade-social-e-educacao-reflexoes-a-luz-das-ciencias-humanas-e-sociais/>

UFAM: coleção de 6 livretos.

Quanto à segunda rodada, já está disponível *online* o Boletim Politizando Número 29 do Núcleo de Pesquisas em Política Social – NEPPoS da UnB, sobre a problemática: <https://www.neppos.com/politizando>

Quanto à metodologia utilizada pelas universidades conveniadas com o MEC no contexto da IEPDS, especificaremos aqui as três grandes estratégias metodológicas que a UnB utiliza para o desenvolvimento da própria pesquisa: pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo estatístico.

Quanto à pesquisa bibliográfica, temos as contribuições já citadas da Universidade de Brasília - UnB e também o estudo desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPe (ARRUDA; ANDRADE, 2017).

Quanto à análise documental encontramos os trabalhos realizados na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (Garcia et al., 2017 a e c;), que contemplam a análise dos Planos Plurianuais – PPA das três esferas de governo, Planos Nacionais de Educação – PNEs, Planos Estaduais e Municipais de Educação do Estado de Santa Catarina, e Projetos Político-Pedagógicos – PPPs de escolas selecionadas, visando localizar as fórmulas adotadas pela política educacional local no intuito de trabalhar as manifestações da problemática EPDS nesta unidade da Federação. No capítulo do volume 1 (GARCIA et al., 2017a) o objetivo foi: analisar as concepções de pobreza e as formas para seu enfrentamento presentes em três Planos Plurianuais (PPA) do estado de Santa Catarina, relativos ao período de 2003 a 2015. No capítulo do volume 3 (GARCIA et al., 2017b) o objetivo foi: identificar as concepções de pobreza e desigualdade social que perpassam Propostas Curriculares Municipais e Planos de Municipais de Educação, de municípios de Santa Catarina. O objetivo geral da pesquisa realizada pela UFSC foi analisar as concepções de educação, pobreza e desigualdade social e as proposições relacionadas a essas questões apresentadas pelos governos federal, do estado de Santa Catarina e de municípios dessa unidade federativa, considerando o período de 2003 a 2015, verificando como essas concepções e proposições se materializam no cotidiano escolar.

Quanto ao mapeamento estatístico da relação entre pobreza e escolaridade podemos destacar os estudos desenvolvidos pela Universidade Federal de Paraná – UFPR sobre baixa frequência nas escolas (SCHNEIDER et al., 2017) e pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG sobre condições e recursos das escolas no Brasil, com ênfase na infraestrutura escolar (GOMES; DUARTE, 2017). Para tanto, foram utilizados fundamentalmente dados produzidos por instituições oficiais de pesquisa que disponibilizam publicamente

seus dados, bem como dados do Sistema Presença colocados à disposição dos participantes da Iniciativa pelo MEC. Tais dados/fontes permitem a construção de estatísticas descritivas.

Não localizamos entre os estudos da EPDS da primeira rodada pesquisas que utilizem técnicas como grupos de reflexão e/ou diários de pesquisa, utilizadas pelo TEDis em pesquisas anteriores (ver YANNOULAS, 2013). Entretanto, se aproximam em abordagem os estudos realizados pela Universidade Federal de Espírito Santo - UFES e pela Universidade Federal do Ceará - UFC, no sentido de captar concepções de pobreza em processo de modificação ou transformação entre os profissionais da educação envolvidos durante a implementação do curso nos estados de Espírito Santo e Ceará, respectivamente (ver CARARO et al., 2017; SOBRINHO et al., 2017). Também contamos com as experiências de intervenção e estudos de caso desenvolvidos pelos cursistas da UFPR e publicados no volume 2 da sua coleção, e da Universidade Federal de Rio Grande do Norte – UFRN, publicados *online*.

Finalmente, é importante destacar a organização de dois números temáticos de periódico científico, um da *Educar em Revista* da Universidade Federal de Paraná - UFPR (organizado por Adriana Dragone e Andreia Gouveia, volume 33 número especial 2, 2017, <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/51392/33530>), e outro da *Em Aberto* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (organizado por Silvia Yannoulas e Adir Garcia, volume 30 número 99, 2017, <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3262/pdf>), contendo também diversos resultados de pesquisas recentes sobre a EPDS, vinculados ou não à iniciativa do MEC.

Em matéria de divulgação científica, registramos o Boletim Politizando Número 29, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPoS) da UnB, que faz parte das atividades de extensão da IEPDS no DF: <https://www.neppos.com/politizando>.

Produção Acadêmica sobre EPDS do Distrito Federal (1999-2018)

O Distrito Federal faz parte da Região Centro-Oeste, e em grande medida o DF é determinante das características da Região. Por exemplo:

- A Região Centro-Oeste é a segunda região com maior número de publicações sobre EPDS em revistas científicas no período 1999-2018: 27 dos 122 artigos selecionados foram publicados na Região Centro-Oeste, todos eles são do Distrito Federal (Tabela 2).
- A Região Centro-Oeste é a terceira região quanto ao número de dissertações e teses sobre EPDS aprovadas: apenas 22 das 182 selecionadas, das quais 16 foram aprovadas em instituições de educação superior do Distrito Federal (Tabela 3).

De todo modo, o fato de constituir um polo produtor de conhecimento não significa necessariamente que esse conhecimento seja sobre o próprio Distrito Federal. Por ser a capital do País, em Brasília são produzidos conhecimentos sobre o Brasil como um todo, ainda que as produções possam estabelecer eventualmente algumas distinções entre regiões administrativas ou unidades da federação. Portanto, raramente são produzidos e divulgados conhecimentos sobre a realidade local. Por exemplo, apenas 6 dos 122 artigos científicos selecionados foram escritos total ou parcialmente por autores/as que residem e trabalham em Brasília (DUARTE, 2013; GARCIA; YANNOULAS, 2017; GRACINDO; MARQUES; PAIVA, 2005; MEDEIROS, 2017; XAVIER; MINADEO, 2014; YANNOULAS; GARCIA, 2017).

Apenas 16 das 182 teses e dissertações sobre EPDS correspondem a programas de pós-graduação de universidades com sede em Brasília. E são 7 trabalhos de conclusão em Programas de Pós-graduação em Educação, 6 em Programas de Pós-graduação em Política Social, 1 em Ciências Sociais, 1 em

Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, e 1 em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. A grande maioria são trabalhos de conclusão de curso de pós-graduação defendidos na Universidade de Brasília (14), e há alguns grupos de pesquisa dessa universidade vinculados às poucas produções brasilienses, seja direta ou indiretamente: além do TEDis, o Grupo de Pesquisa Violes (Violência, Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual de crianças e adolescentes), também do Departamento de Serviço Social; e o Núcleo de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação e o Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (GEPHERG) da Faculdade de Educação da UnB.

De outro lado, apenas 1 desses 6 artigos trata especificamente sobre Brasília, e apenas 9 das 182 teses/dissertações analisadas tratam total ou parcialmente do DF e seu entorno, não necessariamente defendidas em programas de pós-graduação sediados em Brasília.

Brasília se perfila, portanto, como sede de difusão de conhecimento com duas características: a) publica autores/as de outras regiões (o que é estimulado expressamente pela Capes para todos os periódicos científicos); b) acolhe estudantes de pós-graduação de outras regiões, que nas suas pesquisas estudam suas realidades locais; e c) publica sobre realidades nacionais mais do que sobre realidades locais, o que pode ser explicado pela sua vocação político-administrativa. Assim, pouco sabemos sobre a realidade brasiliense.

Os assuntos privilegiados nesses 10 estudos que tratam de Brasília e Entorno (1 artigo e 9 dissertações/teses), apresentados na ordem cronológica, são: a pobreza material e política como obstáculo à aprendizagem reconstrutiva política (SOUZA, 2006); estudos de caso junto à professoras e beneficiárias do PBF em escolas selecionadas do DF (IOSIF, 2007; PAIVA, 2009; SOARES, 2011); custo-aluno e condições tangíveis de oferta educacional em escolas públicas do Distrito Federal (Silva, 2010); estudo estatístico multinível do PBF (DUARTE, 2012; KINPARA, 2013); permanência escolar de alunos em acolhimento institucional

(MAIA, 2014); e educação e trabalho dos jovens de baixa renda (GIROLAMI, 2014; XAVIER, 2014). Observa-se mais uma vez a pulverização dos assuntos indicada para o conjunto das produções acadêmicas sobre EPDS.

Considerações Finais

Enunciar que la educación es la pieza clave para superar la pobreza mientras se instrumentan políticas de ajuste, endeudamiento y apertura, es una forma de pretender dar legitimidad a un proceso social regresivo. No es posible ni razonable esperar que la educación resuelva los problemas sociales que deben atender las políticas económicas y de promoción del empleo. Lo dicho no implica de ninguna manera, negar el impacto que la escolarización tiene, en ciertos contextos y condiciones, para mejorar la dimensión material de vida de los sectores más pobres de la población. Pero sí reconocer que sus impactos positivos en términos de disminución de la pobreza y reducción de las desigualdades dependen del contexto económico y social. (BOTTINELLI, 2017, p. 109).

Realizamos um esforço no sentido de atualizar o levantamento bibliográfico anterior, de 2012, para o período 1999-2018 (duas décadas de produção acadêmica brasileira sobre a problemática EPDS). Depois mapeamos os assuntos nela envolvidos, bem como relacionamos as abordagens possíveis da EPDS. Em 2012 afirmamos que a compreensão da problemática ainda não estava constituída em um campo de estudo consolidado, que as pesquisas eram fragmentadas e espalhadas descontinuamente pelo Brasil, que não havia trajetórias acadêmicas de pesquisadores ou grupos de pesquisa construídas em torno desse debate. Que, inclusive, o próprio debate dessa relação multideterminada era questionado. Em 2018 os resultados da análise das duas décadas de produção sobre EPDS indicam que a situação foi bastante modificada em poucos anos. O debate não é mais questionado como outrora pela academia, algumas trajetórias acadêmicas já estão sendo construídas a partir da temática, alguns

grupos de pesquisa têm se especializado no estudo da problemática congregando pesquisadores e estudantes, o número de produções e de autores/as envolvidos com a temática aumentou significativamente, e importantes contribuições foram desenvolvidas e publicadas a partir da primeira rodada da IEPDS do MEC, especialmente pelas universidades conveniadas.

Entretanto, se o debate é mais difundido e aceito na atualidade, alguns dos apontamentos realizados pelo Tedis nos estudos anteriores continuam válidos e pouco se tem avançado: a abordagem da problemática é realizada de maneira bastante eclética, e poucos estudos se traduzem em uma discussão teórico-metodológica mais sólida, ou inclusive uma discussão aprofundada sobre o próprio método. De toda maneira, compreendemos que essa afirmativa poderia ser relativizada, haja vista que, em face das normas editoriais adotadas pelos comitês científicos dos periódicos na atualidade, os/as autores/as precisam ter uma grande capacidade de síntese para conseguir apresentar, num número muito reduzido de páginas, os resultados de seus estudos e, ainda, subsidiar o leitor, de maneira mais esclarecedora, com informações quanto às questões teórico-metodológicas e também às de método dotadas nas pesquisas, a cujos resultados pretendem dar publicidade. Diante das escolhas a serem feitas, certamente estes últimos aspectos acabam por ter sua importância reduzida. Tais dilemas são mais adequadamente resolvidos nas dissertações e teses e, aí sim, caberia integralmente a crítica formulada.

Também sabemos hoje de algumas particularidades quanto à produção acadêmica no DF: a UnB se destaca pela sua contribuição na região Centro-Oeste, seja em número de dissertações e teses, seja em número de artigos abordando a temática EPDS; porém as peculiaridades da EPDS no DF foram ainda pouco investigadas, pois os/as autores/as do DF estudam preferentemente problemáticas em nível nacional, talvez pela vocação político-administrativa de Brasília. Os periódicos científicos brasilienses publicam autores/as de outras regiões (até por indução da capes), e as universidades acolhem estudantes de pós-graduação

de outras cidades, que escolhem como temas de estudo suas realidades locais. Finalmente, não localizamos uma abordagem do processo ou movimento da realidade da problemática EPDS na relativamente curta história do DF.

Sabemos que mudanças de caráter estrutural não dependem apenas de ações inclusivas no sistema educacional, ou da expansão de programas de assistência social como o PBF. A polêmica entre universalistas e focalizadores está posta cada vez mais claramente, e resulta desafiador e necessário enfrentar essa polêmica de maneira aprofundada. Essa foi para nós, talvez, a maior lição que aprendemos tanto na atualização da revisão de literatura como no desenvolvimento do Curso de Aperfeiçoamento por meio da convivência com tutores e cursistas, nos encontros e fóruns realizados.

A leitura das novas produções, bem como os debates estabelecidos no decorrer do Curso de Aperfeiçoamento EPDS na UnB, permitiram observar a definição de uma grande polêmica: a contradição entre universalidade e focalização, entre políticas educacionais e políticas de assistência social, entre assistentes sociais e profissionais da educação. Se de um lado as produções elaboradas desde a abordagem da política social destacam os problemas decorrentes da implementação de condicionalidades dos programas de transferência de renda, as produções da área educacional reconhecem a importância das condicionalidades educacionais para impulsionar mudanças impensadas ao interior do sistema educacional brasileiro, fundamentalmente em termos de alcance e cobertura: as condicionalidades educacionais explicitaram a responsabilização do Estado, do poder público, em oferecer devidamente os serviços sociais, dentre eles o educacional.

Outra questão que permeia o debate na rede de pesquisadores sobre EPDS e na experiência do curso aqui no DF é a tensão entre o otimismo e o pessimismo pedagógicos, entre pensar que a educação pode tudo ou não pode nada. Convidamos todos vocês a pensar, sistematicamente, sobre essa questão, a considerar que a educação constitui um dos elementos indispensáveis para

toda e qualquer mudança na transformação das nossas sociedades. Necessária, porém não suficiente nem isolada.

Já apontamos anteriormente (YANNOULAS, 2013a) a interpretação dada por Serra (2007) sobre a emergência de um tratamento diferenciado para os pobres nas ciências da educação, sem por isso redesenhar os limites disciplinares, mas no sentido de outorgar novas respostas para antigos problemas. A autora utiliza o termo metamorfose, dialética do igual e do diferente, no sentido de identificar as transformações históricas e destacar as principais cristalizações que trazem simultaneamente o novo e o permanente. Serra (2007) analisa a atual constituição de um campo problematizador da EPDS como um processo de metamorfose, e denomina “pedagogização da pobreza” o processo pelo qual se instala um olhar técnico sobre a pobreza sem questionar as origens da mesma. Se a educação formal foi no passado uma promessa de identidade nacional, ou de mobilidade social ou ainda de desenvolvimento do país o desgaste atual dessas certezas derivou numa leitura mais circunscrita ao processo cognitivo, biológico e individual, que no caso dos setores pobres impacta de modo especial. Como se obter sucesso educacional com alunos em situação de pobreza?

Entre as características do discurso atual sobre a EPDS, Serra menciona três especialmente interessantes para nossa leitura: o estabelecimento de uma equivalência entre pobreza e diversidade no tratamento das dificuldades de aprendizagem (fundindo problemáticas heterogêneas); o fortalecimento de leituras sobre os “fatores de risco” externos ao sistema educacional (enfraquecendo o olhar sobre a maneira como o formato escolar atua como mecanismo de criação das desigualdades); e a instalação de circuitos ou dispositivos educativos diferenciados (contribuindo para a fragmentação do sistema escolar).

Os/as autores/as consultados permitem (re)afirmar que a EPDS é muito complexa e não se expressa de forma linear. A educação formal é visualizada pelos/as autores/as como parte de uma complexa trama que, na tessitura da relação Estado/sociedade, reúne elementos não apenas cognitivos ou propriamente pedagógicos,

mas elementos econômicos (distribuição de bens simbólicos que operam posteriormente como chaves para a inserção no mercado de trabalho capitalista e para o consumo dos bens materiais), elementos culturais (reconhecimento dos bens simbólicos que merecem ser conservados, distribuídos e certificados), e elementos políticos (estabelecimento de mecanismos de exclusão total e de inclusão excludente, seleção “meritocrática” de lideranças) (ver YANNOULAS, 2013a).

Essa quádrupla perspectiva (educativa, econômica, cultural e política) leva à necessidade de considerar os mecanismos específicos de discriminação que atuam na relação entre a pobreza e a educação, os quais questionam a “normalidade” dos parâmetros estabelecidos. Também podem explicar por que a expansão do sistema escolar sem mudanças profundas quanto ao formato escolar não resultou nas mudanças almejadas. A almejada mobilidade social ou a ruptura da reprodução da situação de pobreza parecem depender menos dos anos de escolaridade e mais da ordem social do capital.

Sobre os gradativos processos de diferenciação, Bottinelli (2017) postula que existiria um grupo de conceitos organizadores da produção sociológica sobre educação na Argentina pós-ditadura militar, que também verificamos na revisão de literatura realizada para o caso brasileiro. A produção evidencia um certo acordo quanto ao desenvolvimento da heterogeneização do sistema educacional, afastando-o do ideal de sistema único. Esses conceitos foram utilizados sequencialmente ou cronologicamente na produção acadêmica, e não são totalmente diferentes entre si, mas aprimoramentos com base nas realidades educacionais analisadas. Cada um deles concentra-se em diferentes aspectos da relação EPDS, identificando causas distintas das desigualdades sociais, algumas endógenas ao sistema educacional, e outras exógenas, relativas ao modelo de acumulação, às modalidades da intervenção do Estado e às mudanças da estrutura social.

Os conceitos seriam: segmentação (constituição de circuitos ou redes educacionais diferenciadas horizontalmente, com finalidades específicas para

cada grupo social, porém mantendo o sistema como referência totalizadora), fragmentação (compartimentos estanques da oferta educacional diferenciada para cada grupo social, com a presença de fraturas múltiplas que questionam o caráter de sistema, incluída aqui a predominância da descentralização e de uma matriz mercadocêntrica própria dos anos noventa do século passado), e segregação (demanda educacional específica de cada grupo social, em termos de territórios e instituições, com migração seletiva especialmente da classe média, e intensificação quanto à constituição de espaços escolares homogêneos internamente e altamente diferenciados de outros, e grande influência do eixo público-privado). Assim, segundo Bottinelli (2017), a atual intensificação da segregação, com os antecedentes da segmentação e fragmentação dos períodos anteriores, gera a instauração de instituições educacionais públicas marcadas ou definidas pelo perfil social específico que massivamente as frequenta.

Podemos afirmar, então, que assistimos a uma metamorfose da EPDS? Já indicamos anteriormente (YANNOULAS, 2013a) que, na definição de Castel (2010), uma metamorfose faz tremer certezas e recompõe a paisagem social e política, porém sem constituir novidade absoluta por estar inscrita no contexto de uma mesma problematização (no caso, a questão social). As formulações acadêmicas recentes em torno da escolaridade dos pobres apontariam para a presença dessa metamorfose, maneiras diferentes, mas não radicalmente distintas, com que os cientistas e as políticas definem, analisam e regulam a desigualdade social e seus reflexos educacionais nos tempos de hoje.

Alguns poucos/as autores/as dos analisados em 2018 propõem uma abordagem mais radical. Exemplo dessas abordagens são os diversos trabalhos de Arroyo e co-autores/as, Garcia e co-autores/as, e de Yannoulas e co-autores/as. Nesses casos, os/as autores/as trabalham na fronteira entre a Política Social e a Educação, numa perspectiva que compreende a impossibilidade de o sistema escolar se constituir em agente de verdadeira transformação contra hegemônica no contexto da sociedade capitalista.

Referências

ARROYO, Miguel. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel. O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios? *Educação em Revista*, v. 31, p. 15-47, 2015.

ARROYO, Miguel. O humano é viável? É educável? *Revista Pedagógica*, v. 17, p. 21-40, 2015.

ARROYO, Miguel; SARAIVA, Ana M. Entrevista: Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil. *Em Aberto*, Inep, v. 30, n. 99, p. 147-158, 2017.

ARRUDA, Ana L. B. de; ANDRADE, Edson F. de. Relação entre Educação e Pobreza no Brasil: algumas notas. In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Reflexões sobre a Pobreza: Educação e Assistência*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017b, Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Volume 2, p. 23 – 63.

ASSIS, Samuel G.; YANNOULAS, Silvia C. A pobreza na formação docente: a situação de pobreza na formação das futuras professoras. *Educação Unisinos*, n. 16, v. 3, p. 102-112, set./dez., 2012.

AYED, Choukri Ben. As desigualdades socioespaciais de acesso aos saberes: uma perspectiva de renovação da sociologia das desigualdades escolares? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 783-803, jul./set., 2012.

BOTTINELLI, Leandro. Educación y desigualdad - Un repaso por algunos aportes de la sociología de la educación en Argentina. *Revista Sociedad*. Número Especial: Pobreza - Aportes para un abordaje múltiple sobre la urgencia social. Buenos Aires, UBA Sociales, p. 95-112, 2017.

CARARO, Marlene de F. et al. Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social na UFES: (des)campos, tensões e ousadias em terras capixabas. In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Formação e Pesquisa no âmbito da iniciativa educação, pobreza e desigualdade social*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017c, Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Volume 3, p. 23-71.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

CFESS. *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Brasília: CFESS, Brochura 3 Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, 2013.

DUARTE, Natalia de Souza. *Política social: um estudo sobre educação e pobreza*. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DUARTE, Natalia de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 94, n. 237, p. 343-363, mai./ago., 2013.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FRIGERIO, Graciela. Inventarios. Argumentos para ampliar lo pensable. In: BAQUERO, Ricardo; DICKER, Gabriela; FRIGERIO, Graciela (Comps.), *Las formas de lo escolar*. Buenos Aires: Del Estante, 2007, p. 323-340.

FRIGERIO, Graciela. Obstinações duraderas. In: ADESU. *Educación social: acto político y ejercicio profesional*. Montevideo: MEC/ADESU, 2009, p. 41-75.

GARCIA, Adir V. *A pobreza humana: concepções, causas e soluções*. Florianópolis: Editora em Debate, 2012.

GARCIA, Adir V. et al. Concepções e Proposições de Enfrentamento à Pobreza: o que dizem os PPA do Estado de Santa Catarina. In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Reflexões sobre a Pobreza: concepções, enfrentamentos e contradições*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017a, volume 1, p. 157-222.

GARCIA, Adir V. et al. A Pobreza e a Desigualdade Social nas Propostas Curriculares e nos Planos Municipais de Educação. In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Formação e Pesquisa no âmbito da iniciativa educação, pobreza e desigualdade social*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017b, volume 3, p. 295-363.

GARCIA, Adir V.; HILLESHEIM, Jaime. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. *Educar em Revista*, Curitiba, Edição Especial n. 2, p. 131-147, 2017.

GARCIA, Adir V.; TUMUOLO, Paulo. Pobreza: reflexões acerca do fenômeno. *Revista da Abet*, Recife, v. 8, n. 1, p. 111-124, 2009.

GARCIA, Adir V.; YANNOULAS, Silvia C. Seção Enfoque: Educação, pobreza e desigualdade social. *Revista Em Aberto*, Inep, v. 30, n. 99, p. 21-41, 2017.

GIROLAMI, Monica Cecilia. *Educação e trabalho: um olhar dos jovens de baixa renda do Brasil e da Argentina*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GIROLAMI, Monica C. Educación y trabajo: los jóvenes nini en Brasil y Argentina. *Em Aberto*, Brasília, v. 30, n. 99, p. 63-78, mai./ago., 2017.

GOMES, Carlos A. T.; DUARTE, Marisa R.T. Os últimos serão os mais pobres? Evolução da desigualdade de infraestrutura escolar no Brasil (2007-2013). In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Formação e Pesquisa no âmbito da iniciativa educação, pobreza e desigualdade social*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017c, Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Volume 3, p. 243 – 293.

GRACINDO, Regina V.; MARQUES, Sonirza C.; PAIVA, Olgamir A. F. de Paiva. *A contradição exclusão/inclusão na sociedade e na escola*. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 3-25, jan./jun., 2005.

IOSIF, Ranilce Mascarenhas Guimarães. *A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para a situação da pobreza e desigualdade no Brasil*. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

KINPARA, Daniel Ioshiteru. *Abordagem multinível na avaliação o Programa Bolsa Família*. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MAIA, Anette Lobato. *Entre as políticas de educação e de assistência social: o caso da permanência escolar de alunos em acolhimento institucional*. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MEDEIROS, Simone. Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social: concepção e instituição. *Em Aberto*, Brasília, v. 30, n. 99, p. 115-128, mai./ago., 2017.

PAIVA, Olgamir Amância Ferreira de. *Os sentidos dos programas de transferência de renda na educação: mediações e contradições no movimento real*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SCHNEIDER, Edith O. *Educação formal e pobreza: causa, efeito ou determinação recíproca?* Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHNEIDER, Gabriela et al. Baixa Frequência nas Escolas: Uma análise dos Estudantes Vinculados ao Programa Bolsa Família. In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Reflexões sobre a Pobreza: Concepções, enfrentamentos e contradições*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017a, Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Volume 1, p. 253-290.

SERRA, María Silvia. Pedagogía y metamorfosis. Las formas de lo escolar en la atención de contextos específicos. In: BAQUERO, Ricardo; DICKER, Gabriela; FRIGERIO, Graciela (Comps.). *Las formas de lo escolar*. Buenos Aires: Del Estante, 2007, p. 119-132.

SILVA, Francisco José da, *Custo-aluno e condições tangíveis de oferta educacional em escolas públicas do Distrito Federal: (des)igualdades à flor da pele*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2010.

SOARES, Kelma Jaqueline. *Pobreza e educação formal: a relação entre pobreza e política educacional no Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOBRINHO, Moisés D. et al. As Concepções de Pobreza em Debate: Uma análise das representações sociais dos cursistas do Programa Educação, Pobreza e Desigualdade Social. In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Formação e Pesquisa no âmbito da iniciativa educação, pobreza e desigualdade social*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017c, Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Volume 3, p. 159-199.

SOUZA, Janaína Augusta Neves de. *A família como espelho: a pobreza material e política como obstáculo à aprendizagem reconstrutiva política*. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VILLAR, Nayara L. *Relatório final individual – Atualização da revisão bibliográfica sobre educação formal e pobreza*. Brasília: UnB/TEDis, ago. 2012.

XAVIER, Marcelo F; MINADEO, Roberto. Políticas em educação e pobreza: nos últimos tempos um fator que caracteriza as sociedades de Brasília. *UNI-SANTA Law and Social Science*, v. 3, n. 2, p. 57-75, 2014.

YANNOULAS, Silvia C. Literatura Recente sobre uma Antiga Problemática. In: YANNOULAS, Silvia C. (Coord.), *Política Educacional e Pobreza. Múltiplas Abordagens para uma Relação Multi-Determinada*. Brasília/DF: Liberlivro, 2013a, p. 25-65.

YANNOULAS, Silvia C. (Coord.), *Política Educacional e Pobreza. Múltiplas Abordagens para uma Relação Multi-Determinada*. Brasília/DF: Liberlivro, 2013b.

YANNOULAS, Silvia C. (Org.). *Trabalhadoras – Análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Liberlivro, 2013c.

YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). *O Trabalho das Equipes Multiprofissionais na Educação - 10 Anos do Grupo de Pesquisa TEDis*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

YANNOULAS, Silvia C., ASSIS, Samuel G., MONTEIRO, Kaline F. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, v. 17, p. 329-351, 2012.

YANNOULAS, Silvia C.; GARCIA, Adir V. A complexa relação entre educação, pobreza e desigualdade social. *Revista em Aberto - Inep*, v. 30, n. 99, p. 15-18, 2017.